



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



O Setor Histórico de Curitiba na construção da imagem da “cidade-modelo” de Curitiba

The historical area of Curitiba as tool for the image of "model city" of Curitiba

Taís Silva Rocha D’Angelis¹, Universidade Federal do Rio de Janeiro, taisdangelis@hotmail.com

Maria Cristina Cabral Nascentes², Universidade Federal do Rio de Janeiro, mariacristinacabral3@gmail.com

¹ **Taís Silva Rocha D’Angelis** Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Paraná e mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente leciona no curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Estácio de Curitiba.

² **Maria Cristina Cabral Nascentes**. Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB) da mesma instituição. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), mestrado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade

RESUMO

O presente artigo é parte da pesquisa de dissertação que analisa a estratégia de preservação dos bens arquitetônicos de Curitiba e o vínculo desta ao projeto de “cidade-modelo”, desenvolvido a partir da década de 1970 e persistido por cerca de quatro décadas. O objetivo é compreender a construção da noção de patrimônio em Curitiba, através da identificação dos conceitos e valores que guiaram este processo para que se possa contribuir socialmente para reflexão dos futuros processos de reconhecimento do patrimônio e para a resistência às iniciativas com fins unicamente econômicos. A hipótese levantada é que as estratégias patrimoniais desenvolvidas, entre os anos de 1970 e 2010, caracterizaram-se como instrumento fundamental na construção da imagem da “cidade-modelo” de Curitiba. A verificação dessa hipótese consiste na análise dos referenciais internacionais e nacionais que construíram as noções de patrimônio que incidem sobre as escalas locais, influenciando a prática da preservação das cidades. O estudo da implementação destes padrões globais em Curitiba é desenvolvido através da análise das legislações e práticas que compuseram a estratégia patrimonial com enfoque nas décadas de 1970 e 1990, que concentram as principais intervenções patrimoniais e do projeto de cidade desenvolvido. Assim, este artigo aborda a criação do Setor Histórico de Curitiba como importante instrumento do projeto de “cidade-modelo”.

Palavras Chave: Curitiba; “cidade-modelo”, imagem da cidade, política patrimonial.

ABSTRACT

The present article is part of the dissertation research that analyzes the preservation strategy of Curitiba’s architectural property and the link to the "model city" project, developed from the 1970s and persisted for nearly four decades. The purpose is to understand the construction of the heritage notion in Curitiba, through the identification of concepts and values that guided this process so that we can contribute socially to thinking of the future recognition of heritage’s processes and for resistance to initiatives that have only economic purposes. The hypothesis is that the heritage strategies developed between the years 1970 and 2010 were characterized as important tool for construe the image of "model city" of Curitiba. The verification of this hypothesis is the analysis of national and international benchmarks who built the heritage notion that focus on local scales, influencing the practice of preservation of the cities. The study of the implementation of these global standards in Curitiba is developed through analysis of laws and practices that composed the heritage strategy focusing on the 1970s and 1990s, which concentrate the main heritage interventions and the city project developed. Thus, this article approaches the creation of the Historic Sector of Curitiba as an important instrument of the "model-city" project.

Keywords/Palabras Clave: Curitiba; "Model city", image of the city, patrimonial politics.

O SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA “CIDADE-MODELO” DE CURITIBA

Ao longo das últimas quatro décadas, Curitiba, capital do estado do Paraná, foi considerada modelo de planejamento urbano nacional e internacional, através de um projeto prático e político de cidade. Este processo iniciou-se na década de 1970, através da implementação do Plano Diretor de 1965, e foi intensificado na década de 1990, sobretudo, com o desenvolvimento de intervenções urbanísticas difundidas por estratégias publicitárias que atuaram na consolidação de uma imagem de “cidade-modelo”³. A sustentação deste projeto foi favorecida pela manutenção, quase que ininterrupta, de um mesmo grupo político ligado ao arquiteto e urbanista Jaime Lerner, que esteve à frente da prefeitura municipal entre os anos de 1971 e 1974; 1979 e 1983; retornando entre 1989 e 1992 (Sanchéz, 2010).

Durante este período de construção da imagem de “cidade-modelo”, o poder público de Curitiba demonstrava seguir noções de patrimônio que guiaram uma política específica sobre o tema e, conseqüentemente, suas legislações e intervenções. Entende-se que estas noções adotadas representaram a visão e os valores desse agente na produção do espaço urbano. Assim, analisa-se o Setor Histórico, uma vez que este instrumento de preservação foi instituído como diretriz do Plano Diretor de 1965 e se caracterizou como a primeira política de preservação de Curitiba.

RECONHECIMENTO HISTÓRICO DA ÁREA

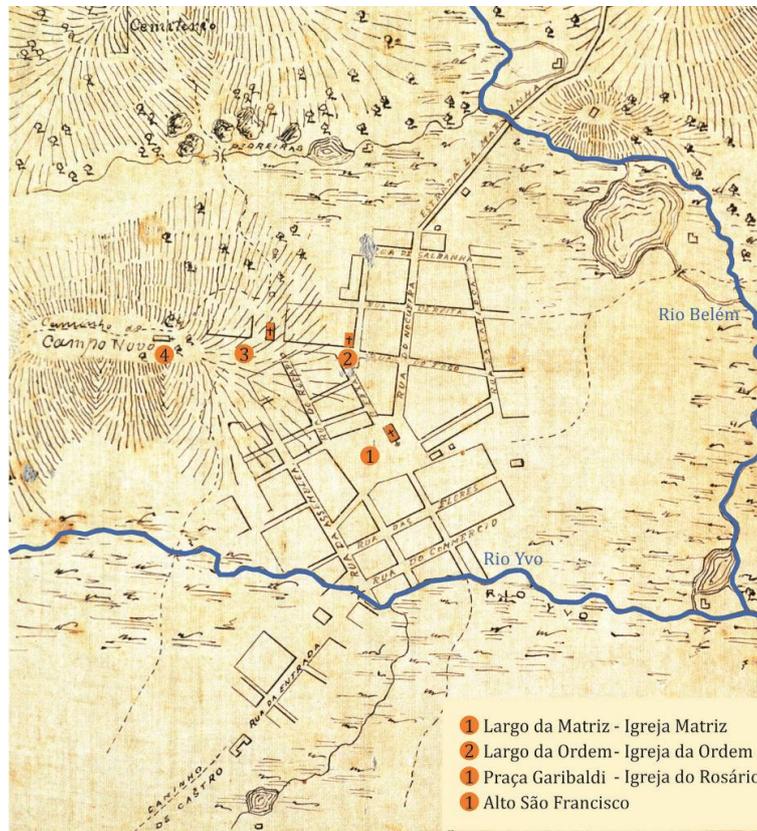
O processo de formação urbana da área denominada legalmente como Setor Histórico (SH) se confunde com o desenvolvimento da própria cidade de Curitiba, uma vez que abrange o núcleo de fundação da cidade e suas imediações diretas.

A ocupação do SH, assim como de Curitiba, se iniciou nos arredores do Largo da Matriz (atual Praça Tiradentes) onde se localizavam a Igreja Matriz, implantada na segunda metade do século XVII, o pelourinho e a casa de câmara e cadeia (demolida em 1900). Até o início da segunda metade do século XIX, esta área é identificada como o único núcleo estruturado e onde se desenvolviam predominantemente as relações de troca, comércios e serviços correspondendo à área urbanizada de Curitiba que apresentava dimensões reduzidas e limitada pelos rios Ivo e Belém. Com o desenvolvimento urbano da cidade, no século XX, o antigo Largo da Matriz passou a ser objeto de regulações e preocupações estéticas que pretendiam eliminar as residências mais singelas, térreas e de madeira, incentivando a construção de sobrados e palacetes de alvenaria, que passaram a abrigar usos mistos de residência e comércio (Sutil, 1996).

Aos fundos da Igreja Matriz, ainda no século XVIII, foram construídas duas novas capelas, em razão da autonomia das irmandades religiosas e de desentendimentos internos: a Igreja de Nossa Senhora do Terço (1737), localizada ao final da Rua Fechada, atual Rua José Bonifácio; e a Igreja dos Pretos de São Benedito construída por escravos, implantada ao final da Rua do Rosário. Estas capelas passaram a ser denominadas, posteriormente, Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, com o surgimento da Ordem de São Francisco na capital; e Igreja do Rosário de São Benedito, respectivamente. Conformava-se, assim, segundo Leonardo Tossiaki Oba (1998), o

³ O termo “cidade-modelo” é utilizado neste estudo entre aspas por se referir a um título de reconhecimento global sobre certas cidades, como Curitiba, mas que não traduzem a compreensão dos autores consultados sobre o tema e nem da autora desta dissertação.

conjunto urbanístico-religioso onde as capelas integravam-se à Igreja Matriz através de eixos viários e Largos que desempenhavam importante papel na dinâmica cívica e religiosa da época.



Mapa histórico de Curitiba, de 1857. Fonte: IPPUC, 2015, adaptado pela autora, 2015.



Evento cívico no Largo da Ordem, em 1907. Fonte: Acervo Cid Destefani.

A construção da Estação Ferroviária, entre 1889 e 1894, e a definição de novas diretrizes para a ocupação ao sul do rio Ivo incentivou o crescimento urbano e fez com que novas dinâmicas comerciais, institucionais e de serviços se estabelecessem na região. Assim, a função de área

central urbana se deslocou em direção ao sul do antigo Largo da Matriz, mantendo no SH uma configuração urbana com traços do século XVIII e XIX, através da permanência de caminhos, quadras e do parcelamento dos lotes, que guardam características da arquitetura residencial urbana colonial (Reis Filho, 2006). As edificações implantadas junto ao alinhamento das vias e sem afastamentos definem as próprias ruas e geram um aspecto uniforme e retilíneo de quadra adensada, como descrito nas diretrizes definidas para Curitiba, pelo Ouvidor Pardinho, em 1721.

As edificações existentes, no entanto, não mantiveram os aspectos arquitetônicos coloniais e são fruto de diversas transformações, com influências predominantes do estilo arquitetônico eclético. Conforme Dudeque (1995), o eclético encontrou terreno fértil nas cidades mais afastadas dos grandes centros urbanos por permitir apropriação de referências de diferentes épocas que evocavam “uma memória inexistente”. Assim, a partir da segunda metade do século XIX, a cidade de Curitiba tomava novas formas, através do ecletismo trazido pelos imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos. O marco arquitetônico desta transformação foi a construção da Farmácia Stellfeld, em frente à Praça Tiradentes (antigo Largo da Matriz), pelo engenheiro alemão Gottlieb Wieland, em 1866, que incorporou à edificação o sótão habitável, o uso de calhas que permitiam a instalação de platibandas e elementos decorativos, incomuns ao padrão existente em Curitiba (Sutil, 1996).



Farmácia Stellfeld na Praça Tiradentes, em 1910. Fonte: Acervo Casa da Memória.

Estes reflexos do desenvolvimento urbano de Curitiba, guardam traços de seus períodos iniciais, mas, principalmente, as transformações pelas quais passaram a arquitetura e o urbanismo do núcleo inicial. A área protegida atualmente não conforma um conjunto uniforme de características e estilos arquitetônicos, mas sim a diversidade produzida por diferentes influências e correntes de pensamento que construíram a cidade, principalmente, até a década de 1970, de quando data o início de sua proteção.

CRIAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO

A preservação do patrimônio edificado, em Curitiba, se inicia de forma efetiva na década de 1960 atrelada ao desenvolvimento do planejamento urbano, através da Política de Preservação e Revitalização de Setores Históricos-Tradicionais, prevista no Plano Diretor de 1966.

A delimitação de um “centro histórico” inseria Curitiba no que se denominaria na década de 1980 como indústria cultural, através da transformação do monumento histórico em produto econômico, conforme Choay (2006, 2011). O protagonismo do poder público nesta definição e na atuação sobre intervenções tinha como objetivo o retorno financeiro vinculado ao desenvolvimento do turismo e a associação de mais uma imagem à “cidade-modelo”. Neste sentido, a introdução do Plano de Revitalização do SH, coordenado por Cyro Correa Lyra em 1970, apresentava a afirmação de que a preservação dos centros históricos urbanos era uma preocupação para a maioria das nações naquele momento e que a presença desta representaria um “índice de aferição do grau de maturidade de cada povo” (Curitiba, 1970, p.01), indicando o anseio do poder público em inserir a cidade neste grupo específico de nações e cidades.

A defesa do patrimônio, nas décadas de 1960 e 1970 em Curitiba possuía enfoque, predominantemente, urbano, nos termos definidos por Gustavo Giovannoni (2013). O núcleo antigo, como construção histórica deveria ser preservado através de medidas como o desadensamento, do estudo de demolições pontuais que permitiriam a melhoria da circulação e da inserção da área antiga no planejamento urbano. Associa-se à teoria de Giovannoni a ideia ratificada pelas Normas de Quito, de 1967, acerca da preservação do patrimônio como “instrumento de progresso”, em função do valor econômico que este possui, e o desenvolvimento do turismo, como meio essencial da atração de recursos e da construção de uma imagem de cidade.

Neste cenário, o Plano Diretor de 1966 instituiu a Política de Preservação e Revitalização de Setores Históricos-Tradicionais, tendo como objetivos principais: a manutenção das paisagens urbanas, que seriam identificadas posteriormente; a recuperação de edificações; e o incremento do turismo. Como instrumentos eram previstos incentivos tributários e penalidades, não especificadas na Lei.

Ainda que a Lei do Plano Diretor utilizasse o termo “Setores Histórico-Tradicionais” que permite entender que seriam definidas mais de uma área representativa, segundo Cyro Lyra⁴ em entrevista, não foram cogitadas demais áreas além do SH. Esse reconhecimento único do patrimônio do SH e sua permanência ao longo dos anos que se seguiram, concentrando investimentos e ações públicas, são utilizados na manutenção de uma imagem de patrimônio oficial, coeso e que intenciona representar uma identidade curitibana, segundo Canclini (1998).

O Plano de Revitalização do SH, coordenado por Cyro Lyra em 1970, tinha como objetivo principal “restabelecer a continuidade do patrimônio do centro antigo da cidade”, através da delimitação do Setor Histórico, onde os cuidados e normativas deveriam atrair o turista, como “principal usuário” (Curitiba, 1970, p.01). Neste sentido, afirma-se, a partir de Choay (2006), a institucionalização do patrimônio como produto consumível, apoiado na habilitação deste para o desenvolvimento do turismo, com o objetivo da atração de recursos financeiros para a cidade, conforme está implícito no seguinte trecho do Plano de Revitalização:

A pobreza que Curitiba apresenta em atrações turísticas e, de outro lado, as características do SH, foram pontos de partida para as medidas turísticas e urbanísticas que têm como finalidade a transformação da área no **centro turístico-cultural da cidade** (Curitiba, 1970, p.29, grifo nosso).

A delimitação da área do Setor Histórico se deu, segundo Cyro Lyra, em entrevista, a partir do traçado urbano que guardava a implantação típica das cidades brasileiras antigas, pautada pelas

⁴ Entrevista realizada em dezembro de 2015.

igrejas e seus largos. No entanto, os critérios para esta delimitação não ficam claros, uma vez que as informações sobre a própria autoria da delimitação são contraditórias. Para Cyro Lyra e Key Imaguire, em entrevistas, o SH já vinha do Plano Preliminar de 1965, tendo sido elaborado por Jorge Wilhelm, coordenador deste Plano. Este, por sua vez relata, em 1990, que o SH foi desenvolvido posteriormente pelo IPPUC. Jaime Lerner afirma que as diretrizes principais foram elaboradas ainda em 1963, período em que ele e outros arquitetos eram estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR sendo posteriormente incorporadas ao Plano Diretor, de 1966:

Todo o programa de atividades, de valorização de edifícios históricos, o IPPUC fez fora – ou além – do plano, não havia previsão do Setor Histórico como tal, isto foi identificado posteriormente (Wilhelm⁵, 1990, p.36).

Em 1963, na cadeira do [Luiz Armando] Garcez, fiz um projeto, uma proposta para o centro da cidade. Trabalhei em equipe com o Lubomir [Ficinski] e o Domingos Bongestabs e fizemos o que seria a primeira proposta para o centro da cidade, proposta que foi quase 90% realizada, mais tarde. Alguns aspectos foram melhorados, mas, em essência, a visão da área de pedestres, de como organizar o centro, nós começamos a esboçar em 1963, como alunos do curso de arquitetura (Lerner, 1996, apud, Berriel; Suzuki, 2012, p.112).

A postura nacional, na época da definição do SH de Curitiba, reconhecia como patrimônio apenas as áreas urbanas “monumentais” e priorizava, sobretudo, o estilo colonial, desprezando arquiteturas do século XIX e XX, a não ser por características excepcionais históricas e de belas artes. Curitiba não apresentava edificações com caráter de excepcionalidade arquitetônica e histórica e seu acervo urbano caracterizava-se quase por completo de edificações ecléticas. Assim, técnicos e intelectuais locais buscavam defender e justificar a preservação do SH sob a ótica da arquitetura menor e do registro do desenvolvimento urbano, como nos trechos de Rafael Greca de Macedo e Aramis Millarch:

É importante não só conservar edifícios-monumento. Casas singulares. Sítios históricos. É importante conservar conjuntos. Pensar no plural das coisas. [...] É importante conservar o armazém do bairro, sua igreja tosca, seu campanário pretencioso, de alvenaria imitando pedra, de linhas falsamente góticas ou românicas. [...] Para, amostrados todos os estilos e todos os tempos, no conjunto dos bens preservados, possam os herdeiros da cidade tirar lições proveitosas. [...] Com esta filosofia, se procura fazer de todo curitibano um co-responsável (sic) pela política de preservação da cidade (Macedo, 1979, p.02)⁶.

[...] Curitiba, ao contrário de outras cidades do país, não possui um acervo significativo de obras históricas com valor arquitetônico marcante. Na grande maioria, adquirem importância em termos de paisagem urbana e testemunho construtivo de épocas passadas. Por isso a importância de sua preservação (Millarch, 1985, p.01)⁷.

Em 1970, com o Plano de Revitalização do SH, foi realizado um levantamento das unidades arquitetônicas presentes que possibilitou um refinamento da delimitação a partir da presença do maior número de edificações com significado e expressão arquitetônica ou que compusessem o entorno de edificações significativas. Foram estruturadas propostas para a área em três frentes, as

⁵ Jorge Wilhelm, arquiteto e urbanista paulista que venceu, juntamente com a empresa Serete o concurso para a elaboração do Plano Preliminar de 1965, que deu origem ao Plano Diretor de Curitiba de 1966.

⁶ Rafael Greca de Macedo era diretor da Casa Romário Martins, em 1979.

⁷ Aramis Millarch foi um importante jornalista e crítico das artes do Paraná, reconhecido nacionalmente pelo seu significativo trabalho durante seus 32 anos de profissão.

medidas de preservação, que atuavam nas unidades a partir de uma classificação desenvolvida, as medidas urbanísticas, que deveriam dar suporte às medidas de preservação tendo por princípio a transformação do SH, e as medidas turísticas, que pretendiam uma renovação de usos para a atração turística (CURITIBA, 1970).

As **medidas de preservação** consistiam na classificação das edificações da área em:

- Unidades-monumento – edificações que seriam indicadas para o tombamento na esfera estadual, em função de seu valor histórico para o Paraná.
- Unidades de acompanhamento – edificações com “importância secundária, em termos de arquitetura”, para as quais não cabia a categoria unidade-monumento, mas que conformam parte de um conjunto.
- Unidades incaracterísticas – edificações destituídas de valor arquitetônico ou histórico, cujo desaparecimento é “desejável” para renovação da área.

A viabilização das propostas de preservação dispunha de instrumentos que poderiam ser aplicados por meio direto ou indireto. O primeiro meio referia-se à indicação de tombamento estadual, de responsabilidade da Divisão do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural, de todas as unidades-monumento. Já os meios indiretos eram de âmbito municipal e consistiam na anuência do IPPUC para construções, reformas e demolições (medida que já era executada para todas as edificações do município); e na promoção de incentivos fiscais e financeiros, através da isenção de impostos municipais e financiamento de restauro através da Urbanização de Curitiba S/A (URBS) (Curitiba, 1970).

As medidas urbanísticas visavam à transformação do SH tendo em vista a conformação de um conjunto de interesse turístico e cultural. Para isto, foram propostas limitações às novas edificações vinculadas às características das unidades preservadas, além de definições de uso, conforme o zoneamento específico (Curitiba, 1970):

- Usos permitidos – entidades culturais, escritórios, consultórios, ateliê de artes e oficinas de artesanato, galerias de arte, restaurantes, moradias, cinemas e teatros, edifícios de culto, boites, floriculturas e comércio varejista.
- Usos permissíveis – hotéis, pensões, estacionamentos particulares e outros usos compatíveis a critério do Conselho de Zoneamento.
- Usos proibidos – postos de lavagem e lubrificação, oficinas e depósitos, estabelecimentos industriais, comércio atacadista.

Quanto ao sistema viário, previa-se a integração do SH às diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de 1966, o qual previa importantes alterações nas vias e nos fluxos existentes. A principal questão que se colocava para a compatibilização dos Planos era a diretriz de implantação da Avenida Estrutural Norte, uma via de trânsito rápido e intenso que solucionaria o tráfego gerado na Praça Tiradentes, cortando o SH ao meio. O Plano de Revitalização do SH propunha, nesse caso, que a Avenida Estrutural Norte fosse implantada sob a rua José Bonifácio, garantindo a permanência da conexão entre a Praça Tiradentes e a região do Largo da Ordem no nível do pedestre. Na época, a abertura da via despertou discussões, mas, de acordo com o pensamento dominante, as questões de circulação viária eram priorizadas. A respeito da abertura, Cyro Correa Lyra, em entrevista afirma: “Considerávamos, na época, como prioridade a implantação da

Estrutural Norte-Sul. Lamentávamos o seccionamento do Setor Histórico, mas aceitávamos como o preço a pagar para melhoria do tráfego urbano.”.

A opção pela abertura da via, denominada Travessa Nestor de Castro, exigiu uma compatibilização com Plano do SH, que moldou seu traçado de acordo com a permanência de edificações consideradas mais relevantes pela equipe do Plano.

Outra diretriz viária presente na Lei de 1966, era a predominância do trânsito de pedestres no SH. Assim, o Plano de Revitalização especifica que, na primeira etapa, uma ampla área pedestrianizada se estenderia da Praça Garibaldi à Praça Tiradentes e, na segunda etapa, seguiria da Praça Tiradentes às Praças José Borges de Macedo e Generoso Marques (Curitiba, 1970).



Obras de revitalização do Setor Histórico, pedestrianização da rua Dr. Claudino dos Santos, em 1980. Fonte: Acervo Casa da Memória.

As **medidas turísticas** foram propostas de forma a complementar as ações de restauração e de revitalização urbana com o objetivo de estimular a renovação dos usos, tornando a área um atrativo turístico. Desta forma, são esboçados museus que contribuiriam na conformação do SH como centro turístico-cultural da cidade, como: o Museu das Etnias, proposto para ocupação da edificação do Belvedere, mas não realizado; o Museu de Arte Sacra, na Igreja da Ordem; e o Museu da Cidade, não realizado naquele momento. Paralelamente, foram incentivados os usos considerados compatíveis ao uso cultural e atrativos ao público visitante, como a transferência da Feira de Artesanato da Praça Zacarias (fora do SH) para a área e o estímulo para a ocupação de restaurantes típicos, lojas de antiguidades, galerias de arte, ateliê de artes, lojas de souvenirs, entre outros.

As ações propostas pelo Plano de Revitalização do SH foram, em grande parte, implantadas, ainda que não de imediato, mas direcionaram as intervenções entre as décadas de 1970 e 1990 na área. O reconhecimento deste primeiro momento é verificado em jornais da época, que após as ações da década de 1970 anunciavam o Setor Histórico como um novo “cartão de visitas” da cidade, cuja imagem passou a ser constantemente explorada pelo poder público municipal.



Matéria do Jornal Expresso, publicada em 07/03/1980. Fonte: Acervo Casa da Memória.



Matéria do Jornal Expresso, publicada em 11/04/1980. Fonte: Acervo Casa da Memória.

A delimitação do Setor Histórico em Curitiba apresenta-se como reflexo do processo de mundialização do patrimônio que difunde o consenso da preservação e a inserção deste tema como elemento da indústria cultural (CHOAY, 2006 [1992]). Nesse sentido, o patrimônio é o suporte para o desenvolvimento das atividades culturais e de lazer, estabelecidas com o objetivo do consumo. Desde 1967, as Normas de Quito já inseriam, no contexto dos países latino-americanos, o patrimônio como "instrumento do progresso", apresentando o desenvolvimento turístico como possibilidade de inclusão nas lógicas de mercado. Assim, no caso da criação do SH havia o interesse claro na atratividade turística como potencial econômico e no valor simbólico do patrimônio para a constituição de uma imagem que pretendia se apresentar como "modelo".

SITUAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO SH

O Setor Histórico foi oficialmente criado pelo Plano de Revitalização de 1970 e instituído por decreto em 1971. Sua delimitação correspondia a quinze quadras diretamente relacionadas à Praça Tiradentes, Praça José Borges de Macedo, Praça Generoso Marques, Largo da Ordem, Praça Garibaldi e Praça João Cândido, permanecendo sob esta denominação e limites até a alteração da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de Curitiba, em 2000. A partir desta Lei, passa a ser denominado Setor Especial Histórico (SEH), uma vez que a referida lei criou os Setores Especiais como instrumento para a ordenação de porções com características especiais de uso e ocupação do solo por suas características locais, funcionais ou de ocupação. Assim, fica estabelecido o SEH com novo perímetro que engloba cerca de 20 quadras, ampliando a área delimitada anteriormente.

Delimitação do SH e do SEH. Fonte: A autora, a partir de IPPUC, 2013.

Após quatro décadas das primeiras intervenções no SH verificam-se os resultados de uma política patrimonial desenvolvida, predominantemente, a partir dos espaços livres públicos e que enfocou, sobretudo, a presença e o uso do turista. Ainda que a delimitação da área tenha sido ampliada no ano 2000, sua estruturação principal seguiu a anterior incorporando apenas quadras no entorno das Praças Tiradentes e João Cândido, que anteriormente não haviam sido consideradas relevantes e foram inseridas para o controle do uso e ocupação do solo em função da proximidade destas áreas públicas.

A caracterização do atual SEH exige considerar, como questão principal, a presença significativa da Travessa Nestor de Castro que foi aberta na década de 1970. Esta via seccionou o núcleo protegido em duas porções, que serão denominadas, neste estudo, de porção norte e sul. Estas são caracterizadas como:

- Porção Sul: entorno das Praças Tiradentes, José Borges de Macedo e Generoso Marques;
- Porção Norte: entorno do Largo da Ordem e das Praças Garibaldi e João Cândido.

A Travessa Nestor de Castro é uma via de tráfego intenso e rápido com quatro faixas de rolamento de sentido único e remansos para a parada de ônibus. As marcas de sua abertura em meio ao SH permanecem nas empenas cegas resultantes da demolição de parte das quadras que foram cobertas, na década de 1990, com painéis comemorativos do curitibano Poty Lazzarotto. Para que pedestres pudessem atravessar a via foi implantada, ainda na década de 1970, a Galeria Júlio Moreira onde se localiza, no subterrâneo, o Teatro Universitário de Curitiba (TUC).



Travessa Nestor de Castro aberta no Setor Histórico. Fonte: A autora, 2015.

A abertura da Travessa Nestor de Castro pelo poder público de Curitiba foi considerada, anos depois, pelos próprios integrantes do Plano como um possível equívoco por criar uma barreira em meio ao Setor Histórico e acarretar demolições. Declarações dos técnicos que faziam parte do grupo local de acompanhamento do Plano Preliminar e depois integraram a equipe de Jaime Lerner na Prefeitura demonstram o tom de arrependimento com a obra:

[...] a própria Prefeitura provocou a perda de alguns imóveis importantes no Centro Histórico quando se abriu a ligação da rua Augusto Stelfeld, atrás da

Catedral. Nas ruas do Rosário e José Bonifácio, houve uma grande perda; foram demolidas algumas casas muito bonitas. Um túnel, que custaria muito mais caro, poderia ter evitado a demolição (Willer⁸, 1991, 139).

Houve uma porção de coisas boas e uma porção de ruins [nas intervenções de 1970], porque nós, Prefeitura, estragamos todo o centro histórico da cidade, com a passagem daquela ligação com a Augusto Stelfeld. Foi meio criminoso aquilo, feito ali, mas também decorreu de uma falta de vivência. Poderia até ter havido outro jeito, mas o entusiasmo era tanto em fazer alguma coisa de verdade, depois de 10 anos de marasmo, que as estruturais foram implantadas (Rischbieter⁹, 1990, p.6).

A presença da via promoveu um cisão no SEH, onde as porções sul e norte apresentam atualmente características urbanas, dinâmicas e usos expressivamente diferentes. A porção sul abriga a área de caráter histórico mais relevante, uma vez que a atual Praça Tiradentes é o antigo Largo da Matriz, junto à Catedral, e configuram o núcleo de fundação de Curitiba. As Praças José Borges de Macedo e Generoso Marques são atualmente integradas, sendo a primeira o local original da Casa de Câmara e Cadeia, demolida em 1900, e a Praça Generoso Marques o local do antigo mercado público. Ambas as edificações foram demolidas para a construção do Paço Municipal, em 1916, que é, atualmente, a edificação principal da área, sendo esta o único bem tombado pelo IPHAN na capital. Durante as intervenções da década de 1970, estas Praças foram ampliadas com a eliminação da passagem de veículos nas faces norte e sul das mesmas a fim de configurar um prolongamento da plataforma de pedestres da Praça Tiradentes.

Espaços públicos da porção Sul do SEH:



Praça Tiradentes. Fonte: A autora, 2015.

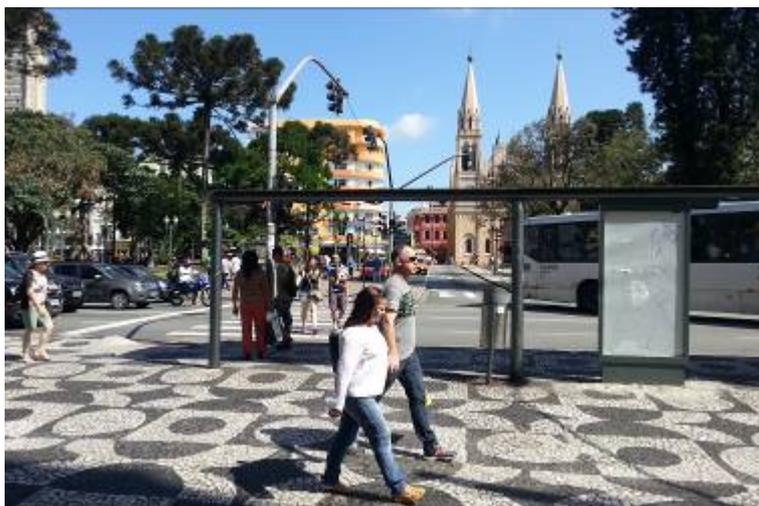
Praça José Borges de Macedo. Fonte: A autora, 2015.

Praça Generoso Marques. Fonte: A autora, 2015.

Estes espaços públicos se inserem atualmente na dinâmica intensa do centro comercial de Curitiba, onde se somam os fluxos de pedestres e de automóveis. Os usos são, predominantemente, comerciais e de serviços que mantiveram a atratividade da área central. Os fluxos mais intensos de pedestres se dão entre importantes terminais e pontos de transporte público que se localizam todos ao sul da Praça Tiradentes, sendo que nesta se concentram também importantes linhas de ônibus.

⁸ Alfred Willer, arquiteto e urbanista de origem tcheca, participou do grupo local de acompanhamento do Plano Preliminar de 1965, foi chefe da COHAB-CT e presidente da FCC nas gestões de Jaime Lerner e Saul Raiz.

⁹ Francisca Maria Garfunkel Rischbieter, conhecida como Franchette, integrou como engenheira o grupo local de acompanhamento do Plano Preliminar de 1965 e participou como assessora técnica das gestões de Jaime Lerner na prefeitura.



Fluxos intensos de automóveis e pedestres na Praça Tiradentes. Fonte: A autora, 2015.

A porção do SEH ao norte da Travessa Nestor de Castro, caracterizada pelo entorno do Largo da Ordem e das Praças Garibaldi e João Cândido, concentrou as intervenções previstas no Plano Revitalização de 1971. Grande parte das restaurações das unidades classificadas como monumento e dos incentivos ao turismo e ao lazer foi direcionada para a área. Foram implantados equipamentos culturais, ao longo das décadas que se seguiram, como a Casa Romário Martins, o Memorial de Curitiba, a Casa da Memória, o Anfiteatro nas Ruínas de São Francisco. A presença da Feira de Artesanato consolidou a atratividade turística ocupando toda a porção norte do SEH aos domingos, incentivando a abertura de bares e restaurantes que atendem aos visitantes.

Espaços públicos da porção Norte do SEH:



Largo da Ordem. Fonte: A autora, 2015.

Praça Garibaldi. Fonte: A autora, 2015.

Pç. João Cândido. Fonte: A autora, 2015.

A porção norte concentra as grandes extensões pedestrianizadas que permitem o deslocamento entre comércios e serviços de caráter de lazer e turismo, sendo poucos os acessos aos automóveis. Esta característica aliada ao fato de que a área encontra-se deslocada das principais funções comerciais, de serviços e transportes, que caracterizam o Centro, reduz significativamente os fluxos de pedestres durante os dias úteis e períodos comerciais.



Usos de lazer e turismo abrindo, ao final da tarde. Fonte: A autora, 2015.

Atenta-se para o fato de que as imagens feitas das duas porções do SEH foram tiradas no mesmo dia útil e em horário comercial. Quando comparadas verifica-se a nítida diferença quanto ao volume do fluxo de pedestres. O fluxo de automóveis não pode ser comparado, uma vez que na porção norte enfoca-se a área pedestrianizada.

Intensidade do fluxo de pedestres:



Praça Tiradentes. Fonte: A autora, 2015.

R. José Bonifácio, ao lado da Catedral. Fonte: A autora, 2015.

Rua Dr. Claudino dos Santos. Fonte: A autora, 2015.

Esta diferenciação do SEH em duas porções, através do rompimento de uma relação histórica funcional e espacial, fez com que se ressaltassem diferentes níveis de integração às dinâmicas urbanas contemporâneas. Desta forma, as imagens que representam, para a população e para o poder público, o SEH de Curitiba identificam apenas a porção norte como tal. Em uma rápida busca na internet com as palavras “Setor Histórico Curitiba” vê-se que predominam as imagens que referem-se, exclusivamente, à Praça Garibaldi e ao Largo da Ordem, aparecendo raramente imagens da Catedral e do Paço da Liberdade.

A verificação de alguns dos desdobramentos do Plano de Revitalização do SH de 1970 se deu através da elaboração de fichas de identificação das Unidades-monumento relacionadas ao mapa de localização, de acordo com levantamento *in loco*. O objetivo das fichas é corroborar para a análise da situação da preservação na área do SH, a partir das edificações identificadas como relevantes pelo Plano de 1970, e que direcionaram as ações posteriores.

5. Palacete Wolf					
Propriedade:	Uso original:	Uso atual:	Proteção Estadual	Proteção Municipal	Conservação:
Público	Cultural	Cultural	-	UIP, em 1979	Bem conservado
			Edificação da década de 1880, de propriedade do austríaco José Wolf, com características arquitetônicas ecléticas de influências neoclássicas e da tradição germânica. Seus usos foram diversificados abrigando desde reuniões sociais do proprietário até a Loja Maçônica Concórdia IV e o Colégio Bom Jesus. Na década de 1970, o Plano de Revitalização do Setor Histórico previa sua desapropriação e restauração. Assim, foi realizado o projeto de restauro do arquiteto Cyro Lyra e José La Pastina Filho que promoveu a retirada de diversos acréscimos, como platibanda, e divisões internas introduzidas na edificação ao longo de sua história (CURITIBA, 2015; PARANÁ, 2006).		

Constata-se que das dezessete edificações classificadas como Unidades-monumento pelo Plano e que teriam funções especializadas para a atratividade turística, treze encontram-se na porção norte e apenas quatro na porção sul. Das presentes ao norte dez possuem usos culturais exclusivamente ou em associação, como no caso da Igreja da Ordem que possui uso religioso e cultural em função do Museu de Arte Sacra. Ao sul, encontram-se a Catedral de Curitiba, a antiga Ferragens Hauer, o sobrado na Rua Barão do Serro Azul nº71 e o Paço da Liberdade. Destes, o Paço apresenta uso cultural, desde sua restauração finalizada em 2009, a edificação das Ferragens Hauer encontra-se vaga e o sobrado abriga uma academia e um sebo de livros.

A área do núcleo original de Curitiba, denominado SH, apresentava na data de sua delimitação usos predominantemente comerciais e de serviços, em edificações de propriedade privada. Com o Plano de Revitalização de 1971, iniciou-se um processo de aquisição pelo poder público das edificações consideradas essenciais para a instauração de uma dinâmica cultural, essencialmente na porção ao norte da Travessa Nestor de Castro. Foram adquiridos o Palacete Wolf, atual Casa da Leitura; a Casa Hoffmann, atual Centro de Estudos do Movimento; a Casa Vermelha, pertencente à FCC; a Casa Romário Martins, como local de exposições; e o Solar do Guimarães, atual Conservatório de MPB. Este processo indica a importância dada, pelo poder público, às obras de restauro necessárias para a conformação de uma imagem considerada adequada para a preservação do patrimônio de uma cidade e atrativa para os padrões turísticos, segundo padrões internacionais de mercado.

CONSIDERAÇÕES

Nas primeiras décadas do século XX, a noção de preservação do patrimônio no âmbito internacional era objeto de atualizações conceituais que progressivamente ampliavam os tipos arquitetônicos e épocas históricas reconhecidas. No entanto, a prática frequentemente restringia-se ao monumento de caráter excepcional, como objeto autônomo, focando-se na restauração conforme difundia a Carta de Atenas, de 1931 (Gonçalves, 1996; Oliveira, 2008). No Brasil, a fase heroica do SPHAN era marcada pela ênfase estética, valorizando os estilos colonial, barroco,

neoclássico e moderno. Em Curitiba, seguia-se a perspectiva estética, adaptando-se, no entanto, aos períodos históricos presentes na cidade, uma vez que esta se desenvolveu apenas a partir do século XIX.

As primeiras discussões e legislações acerca do patrimônio em Curitiba tiveram como foco o antigo Paço Municipal, identificado como patrimônio histórico de Curitiba em 1948. Esta edificação possuía importante valor estético na escala local e por isso se deu seu reconhecimento patrimonial, ainda que a edificação datasse do século XX e suas características arquitetônicas fossem ecléticas.

O patrimônio urbano era tema presente, desde o início do século XX, na Europa, mas sua difusão através das Cartas Patrimoniais se deu apenas na Carta de Veneza de 1964 e de forma limitada, uma vez que eram entendidas como patrimônio as áreas urbanas definidas como monumentais, que eram testemunho de uma civilização particular ou local de um fato histórico relevante. No Brasil, desde 1938 as cidades barrocas mineiras alcançavam reconhecimento através do tombamento no sentido da Carta de Veneza, pois eram tidas como sítios monumentais. Os conceitos construídos por Giovannoni acerca da cidade antiga como monumento, integrada às dinâmicas contemporâneas, são afirmadas somente no Manifesto de Amsterdã de 1975, no entanto, já estavam presentes nas discussões anteriormente.

A delimitação do Setor Histórico e seu Plano de Revitalização consistiram, na década de 1970, em importante diretriz do Plano Diretor que previa intervenções urbanas significativas e que deram início ao projeto de “cidade-modelo”. As intervenções consideradas “de lazer”, sendo o SH uma destas, foram prioritárias, uma vez que deveriam aproximar os cidadãos do poder público, preparando-os para uma melhor aceitação de grandes obras estruturais, além de atrair os olhares externos que desenvolveriam o turismo na capital.

A área do SH foi delimitada como primeira e principal ação patrimonial efetiva em Curitiba e pode ser entendida, a partir dos conceitos de Canclini (1998), como o esforço de construção de uma origem comum, definida e imposta por um grupo social dominante que comandou a política local. Os próprios bens que compõem este acervo urbano, ainda que não possuam caráter excepcional estético e histórico, são produtos das mesmas elites dominantes, considerando que o valor da terra urbana central é historicamente elevado. A perpetuação dessa construção de patrimônio levou a concentração, nesta área, das intervenções urbanas, de restauros e investimentos ao patrimônio do município, pelas quatro décadas seguintes.

A primeira e mais importante aproximação, em Curitiba, da preservação do patrimônio urbano ao projeto de cidade desenvolvido refere-se não apenas à contemporaneidade entre o desenvolvimento de estratégias patrimoniais e o início de um projeto prático e político, mas à utilização das primeiras como importantes diretrizes deste processo que se iniciava. O Setor Histórico, criado em 1971, fazia parte das principais diretrizes do novo momento do planejamento urbano, contribuindo com importante valor simbólico para a conformação de uma imagem de cidade que se pretendia fazer “modelo”. O encontro do patrimônio com a economia também produzia reflexos, uma vez que a prioridade para a área era o desenvolvimento da atratividade turística, através do incentivo às funções específicas. A seleção da área para preservação também aponta para a incorporação de noções internacionais do patrimônio urbano, como forma de justificar o desalinhamento com as práticas nacionais correntes, provocado pela divergência na noção de historicidade. As demais estratégias patrimoniais deste primeiro momento, direcionadas aos bens isolados não eram tidas como prioritárias e atuaram de forma menos eficiente, ainda que

se perceba um alinhamento destas às noções neoliberais que inseriram o patrimônio isolado nas dinâmicas imobiliárias do município, através da criação das UIP e do início da Lei do Solo Criado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Dalena dos Guimarães. *O que é patrimônio histórico*. Impulso 2. Curitiba. Ano 1, nº 2, fevereiro de 1967.
- BERRIEL, Andréa; SUZUKI, Juliana. *Memória do arquiteto: Pioneiros da arquitetura e do urbanismo no Paraná*. Curitiba: Instituto dos Arquitetos do Paraná - IAB-PR:Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2012.
- CANCLINI, Néstor García. *O porvir do passado*. In: . Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 2ª ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1998 [1997]. 385p.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo, SP: Estação Liberdade: Ed. da UNESP, 2006 [1992]. 282p.
- CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011 [2009]. 183p.
- CONSELHO DA EUROPA. *Manifesto de Amsterdã (1975)*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manifesto%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em setembro.2015.
- CURITIBA. *Plano de Revitalização do Setor Histórico*. Curitiba: IPPUC, 1970.
- GIOVANNONI, Gustavo. A restauração dos monumentos na Itália. 1931. In: KUHL, Beatriz Mugayar (org.). *Gustavo Giovannoni: Textos escolhidos*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.
- GIOVANNONI, Gustavo. O "desbastamento" de construções nos velhos centros. 1913a. In: KUHL, Beatriz Mugayar (org.). *Gustavo Giovannoni: Textos escolhidos*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.
- GIOVANNONI, Gustavo. Velhas Cidades e Nova Construção Urbana. 1913b. In: KUHL, Beatriz Mugayar (org.). *Gustavo Giovannoni: Textos escolhidos*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996. 156p.
- MILLARCH, Aramis. O nosso centro no fim do século. *Tablóide*. Curitiba, 1985.
- MACEDO, Rafael Greca de. Curitiba passa a década lembrando de outras décadas. *Expresso: boletim quinzenal de informações da cidade de Curitiba*. Nº4, dezembro de 1979.
- OBA, Leonardo Tossiaki. *Os marcos urbanos e a construção da cidade: a identidade de Curitiba*. São Paulo: tese de Doutorado, USP/FAU, 1998.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é Patrimônio: Um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Normas de Quito* (1967). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>. Acesso em: 06.setembro. 2012.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 11ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2006 [1970].

SANCHÉZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 2a Edição. Chapecó: Argos, 2010 [2003].

SUTIL, Marcelo Saldanha. *O espelho e a miragem: Eclétismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século*. Dissertação de mestrado em História. Curitiba: UFPR, 1996.

WILHEIM, Jorge. Depoimento. In.: IPPUC. *Memórias da Curitiba Urbana*, vol. 5. Curitiba, 1990.